

| 181 | DO MONUMENTO AO DOCUMENTO:
VALORES E LACUNAS DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DE CABO
FRIO/RJ

Ivo Matos Barreto Júnior

Resumo

Este artigo pretende analisar o contexto histórico da atribuição de valores aos bens culturais imóveis na cidade de Cabo Frio/RJ, tendo como ponto central da discussão a formação e construção do que hoje se conhece por Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1967. Pretende-se, através da pesquisa, apontar a diversidade de valores atribuídos ao conjunto ao longo do tempo, de maneira a possibilitar a identificação de suas lacunas frente aos conceitos de preservação em voga na atualidade, tendo como base de análise as modificações de paradigmas da instituição nos trabalhos e estudos de tombamento, bem como a evolução do pensamento internacional sobre o tema da preservação, retratado por meio das Cartas Patrimoniais. Identificados os atributos que sustentam estes valores e as lacunas da área protegida frente à significância ainda latente, pretende-se apontar diretrizes para a composição de um novo conjunto tombado que reflita em sua plenitude os valores do que se entende por Sítio Histórico Urbano de Cabo Frio, especialmente aqueles não contemplados no acervo atualmente tombado pelo IPHAN.

Palavras-chave: Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, IPHAN, tombamento, Cidade Monumento, Cidade Documento, Sítio Histórico Urbano.

1. Introdução

A presente discussão tem como motivadores os desafios práticos da gestão da conservação do conjunto de bens culturais de Cabo Frio (seus valores e atributos), cujo exercício vem apontando, a partir da análise de projetos isolados e de outras demandas urbanas, para a necessidade de revisão dos limites – geográficos e do universo de bens preservados – do conjunto tombado pelo IPHAN em Cabo Frio. Protagonista no decorrer da instrução do tombamento o valor paisagístico do conjunto tem sido ameaçado com o avanço da malha urbana contemporânea sobre o tecido antigo (natural e urbano), a ponto de ofuscar atributos que, embora detenham reconhecimento técnico e social a seus valores, hoje encontram-se desamparados pela legislação de preservação do conjunto. Tal fato levanta, pois, críticas pertinentes sobre a maneira pela qual outros valores (em especial artísticos, urbanísticos, arquitetônicos e simbólicos) foram tratados de forma coadjuvante durante algumas décadas.

Após breve descrição da evolução urbana da cidade, a metodologia de trabalho aqui utilizada voltou-se à investigação dos motivadores explícitos na documentação do processo de tombamento federal como forma de compreender os valores do Conjunto Paisagístico de

Cabo Frio e sua significância atual. Analisa-se ainda, após a última alteração do tombamento, procedida em 1967, os esforços da equipe do IPHAN para proceder a uma releitura do conjunto frente à evolução dos conceitos nas décadas seguintes e suas consequências na prática da conservação do acervo tombado.

Tal análise apóia-se na avaliação da conjuntura dos debates acerca do tema da preservação no Brasil e no mundo, iniciando-se o recorte na década de 1930 – com os antecedentes do Decreto-Lei nº. 25/1937 – até a atualidade. Para tanto, apresentam-se como baliza desta etapa as Cartas Patrimoniais, uma vez que “*representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos muitas vezes globais, outras vezes locais*” (IPHAN, 2004, p. 06) e especialmente os conceitos de *Significância Cultural* e *Sítios Histórico Urbano*, que muito nos auxiliam na leitura dos significados distintos conferidos ao acervo da cidade, apoiados em heranças e legados históricos, particulares a cada grupo, somadas continuamente às suas experiências (ZANCHETI *apud* LIRA; RIBEIRO, 2009, p. 7).

Após a exposição desta relação (de aproximação e afastamento) do arcabouço teórico e a composição do conjunto tombado, pretende-se construir subsídios para uma leitura mais atualizada dos bens que o compõem, identificando possíveis lacunas e potencialidades ainda não trabalhadas.

2. A cidade, o território e a fase heróica do IPHAN

Ponto de acesso ao interior do território por meio do Canal do Itajuru, a ocupação da região do Cabo Frio detinha princípios de estratégia de defesa do domínio português e ainda de apoio ao avanço rumo ao Norte. Os historiadores Márcio Werneck e Penha Leite (CUNHA; LEITE, 1987 in IPHAN, 1989, p. 07) apontam para o atual Bairro da Passagem como sendo o núcleo inicial do povoamento de Cabo Frio – fundado em 1615, após a expulsão dos franceses – e ali assentado por estratégia militar necessária ao período, uma vez que se situava próximo à boca da barra, sobre o qual se assentaria o Forte de São Mateus (1920).

Contudo, em pouco tempo inicia-se a mudança de centralidade da povoação para as proximidades do Morro da Guia. Marcam este processo a construção, em 1661/62, da Casa de Câmara (demolidada), da Matriz de Nossa Senhora da Assunção (1666) e do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em 1696, estes ainda existentes. Sobre este período, nos diz CUNHA e LEITE (1987 in IPHAN, 1989, p. 06):

A existência de dois núcleos pode ser explicada por conveniência funcional de suas localizações. O mais desenvolvido, entre o Convento dos Franciscanos e a Praça da Matriz, pela existência de água da fonte de Itajuru e, posteriormente, pela instalação do Porto de Sal e da facilidade de travessia na garganta entre o Morro da Guia e o do Telégrafo¹.

Além da disponibilidade de água e um porto próximo ao Morro da Guia (testemunhado pela Fonte do Itajuru, ainda existente no local), CUNHA e LEITE sugerem a existência de alagados que cercavam e dificultavam o crescimento da Passagem. Assim sendo, em menos de um século desde sua fundação, consolida-se um novo núcleo de povoamento em torno da Igreja Matriz, tendo como vertente de crescimento as vias que ligavam - e ainda ligam - o Largo da Matriz (atual Praça Porto Rocha) ao Conjunto Franciscano.

Em meados século XIX a cidade já havia se expandido, ocupando o caminho de ligação entre os núcleos (Passagem e Guia) bem como desenvolvia-se um outro vetor de crescimento ao longo do canal (Fig. 01).

A ocupação do território até as primeiras décadas do século XX: a construção da história urbana da cidade.

“Todo o prestígio do sal da Araruama ali centralizado não parece haver contribuído, como deveria, pela iniciativa individual para o engrandecimento da cidade histórica. Não há de duvidar-se porém que, com o amparo que lhe dão atualmente os poderes públicos com a comunicação automobiliística e ferroviária, e a substituição de sua água cor de chá por outra mais potável, Cabo Frio, só por suas magnificências naturais tem u futuro próximo amplamente garantido.” (LAMEGO, 1946. p.154)

O século XX chega a Cabo Frio trazendo, desde as primeiras décadas, transformações que vão se fazer sentir na cidade até os dias atuais, especialmente no que diz respeito às transformações urbanas. ALVES (2009, p. 28) aponta em seu texto que, com a escassez de sal causada pela 1ª Guerra Mundial, a produção de sal de Cabo Frio alcança sua melhor fase, o que catalisa o desenvolvimento de uma série de outros aspectos da cidade, como a construção da Ponte Feliciano Sodré, em 1926, uma das audaciosas e pioneiras obras do concreto armado no Brasil.

¹ CUNHA; LEITE, 1987 in IPHAN, 1989, p. 06.



Fig.01: Mapa intitulado "Cabo Frio - Major Bellegard, 1837" arquivado na Biblioteca Nacional/ RJ, in CUNHA, 1989, p.29

Até a década de 1950, o Canal do Itajuru ainda detém protagonismo no direcionamento da ocupação da cidade – dando continuidade ao vetor iniciado ainda no século XVII –, quando, então, o entendimento da beira mar como área de lazer salubre impulsiona a cidade em direção às praias (GOMES, 2006 in ALVES, 2009, p 73), dando início às atividades turísticas e de segunda residência na cidade.

Em resposta a novas demandas da cidade, o Governo do Estado encomenda ao escritório Coimbra Bueno o Plano Diretor de Cabo Frio (1942), no âmbito do *Plano Amaral Peixoto para as Cidades Fluminenses*. Ainda que para sua implantação plena a proposta de Coimbra Bueno propusesse o avanço do tecido urbano por sobre uma extensa área de restinga, ainda preservada até a década de 1940, não se pode ignorar que seu projeto busca harmonizar o crescimento urbano e a preservação ambiental (Fig.02), pensamento ainda insipiente à época. Faz-se notar extrema sensibilidade de Bueno às nuances naturais da cidade de Cabo Frio, prevendo, por exemplo, a manutenção do cordão de dunas e um anel viário "concebido em Pack Way", além de tratamento paisagístico abundante às áreas de remanescentes históricos e

aos contornos da faixa de areia. Propostas que marcariam decisivamente a paisagem de Cabo Frio (e também futura área tombada).

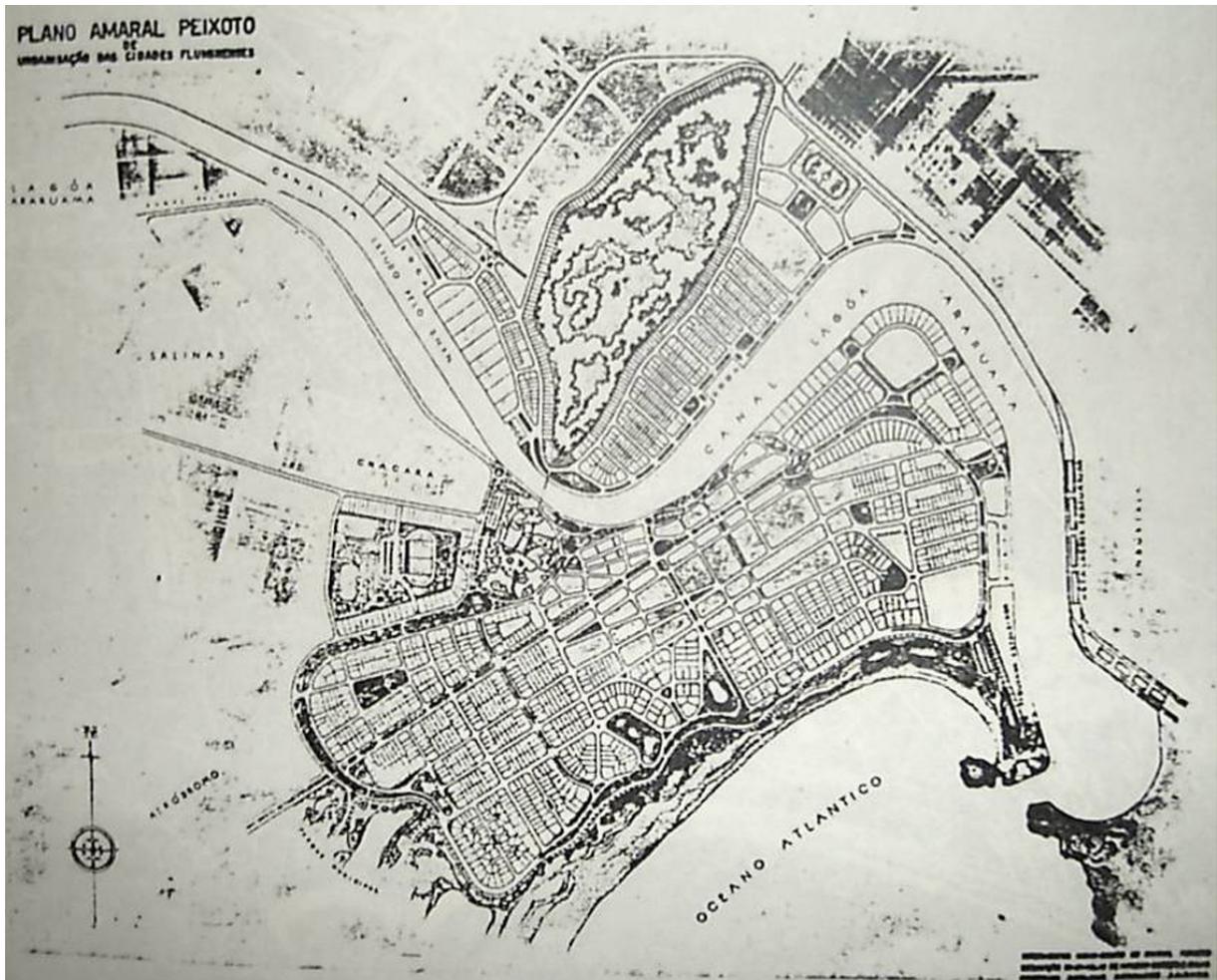


Fig.02: Plano Diretor de Coimbra Bueno (1942), in CUNHA, 1989, p.29

3. Os caminhos do processo de tombamento do conjunto paisagístico de Cabo Frio

Mar, areia, a restinga e os heróis da pedra e cal

Para compreendermos a lógica que define os contornos das escolhas que agrupam bens distintos para formar o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, é preciso abordar a construção do pensamento da preservação no País através do corpo técnico do IPHAN. Segundo os principais estudiosos do tema (FONSECA, 1997; GONÇALVES, 2002), a política federal de preservação se subdivide em duas grandes fases. A primeira delas, chamada *fase heróica*, que vai da criação do SPHAN, em 1937, até o final da década de 1970 (administrações de Rodrigo

Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro) e a *fase moderna*, capitaneada por Aloísio Magalhães, que amplia a noção de patrimônio segundo uma visão bastante humanista do papel da preservação.

Segundo FONSECA (2005, p. 108), em suas décadas iniciais, guiados pela busca do *valor de excepcionalidade* e enfrentando imensas limitações para atuação em um país continental, as escolhas dos técnicos apontavam para a arquitetura colonial, especialmente a religiosa, como representativas da construção de uma identidade brasileira. Apoiados, sobretudo, nesta visão técnica particular de seu corpo de estudiosos, os primeiros anos de trabalho do SHPAN refletem uma visão de *perspectiva estética* (FONSECA, 2005, p.113), blindados por um saber restrito ao órgão e sem grandes interferências da sociedade, exceto na fase dos pedidos de tombamento.

Outro aspecto bastante relevante é a hierarquização dos livros do tomo (CAMPOFIORITO, 1985. p. 03), resultando na prática de que no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, bem como no Livro Histórico se inscreviam bens que, “por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências” do Livro de Belas Artes (FONSECA, 2005, p. 114).

No processo de tombamento dos bens de Cabo Frio, tais aspectos se demonstram aplicados na medida em que, no ano de 1956 são tombados os remanescentes do Forte de São Mateus, seguidos dos remanescentes do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e Capela de Nossa Senhora da Guia, em 1957. Cabe comentar que, mesmo estando em estado de ruínas, ambos os bens são inscritos, naquele momento, apenas no Livro Histórico.

Tais ações respondiam a uma preocupação da instituição (e do seletivo grupo que interferem de alguma maneira em sua atuação) em agir frente à acelerada evolução de algumas cidades, como notamos na correspondência de Aloysio de Paula, Diretor Executivo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM), datada de 16 de fevereiro de 1965 e dirigida a Rodrigo M. Franco, na qual o intelectual argumenta em favor da proteção dos aspectos naturais de Cabo Frio – referendando textualmente seu pleito à preservação da “paisagem brasileira” como sendo papel do então DPHAN –, frente ao avanço da renovação urbana em curso:

A ignorância, aliada à especulação imobiliária, já tem posto abaixo edifícios de incomparável beleza, como foi o caso da Cadeia Pública, arrasada para, em seu lugar, ser construído um mictório, que também foi depois arrasado. E ninguém lucrou com a demolição da velha cadeia.

O Patrimônio tombou o Convento [...] que é realmente uma relíquia da cidade. Entretanto, os terrenos vizinhos têm sido loteados ou simplesmente invadidos. Há tempos o Patrimônio impediu a construção de um mercado em frente ao convento, o que lhe tiraria toda a visibilidade. E, com tal medida, pode aquela edificação guardar toda sua imponência e dignidade. Entretanto, casas de alvenaria já estão sendo construídas a seu lado e fundos, ameaçando subir pelo morro fronteiro, onde existe outra jóia da arte colonial, a capelinha de Nossa Senhora da Guia. Mas o fato mais grave que ocorre é o loteamento da própria praia, em cuja orla estão sendo construídos edifícios de apartamentos quase sobre o mar.

[...]

Todos estes fatos e muitos outros que poderíamos acrescentar impõem a necessidade de ser feito o tombamento da paisagem de uma cidade que guardou intacta sua natureza até bem poucos anos e que, subitamente, está ameaçada de ser, irreparavelmente, reparada, amanhã, quando houver um critério mais assentado a respeito da preservação de nossa natureza.

Nestas condições, solicito à V. Exa. o tombamento paisagístico de Cabo Frio.

O texto acima, não por acaso, é o documento inicial do Processo 747 - T - 65 (IPHAN, 1967, Vol.01, p. 01) que trata do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio. Seu teor cristaliza uma série de informações que podem ser decodificadas na medida em que se somam a outras manifestações, pareceres e correspondências apensadas ao processo.

Inicialmente, o que nos chama a atenção, ainda que não seja nosso objetivo central, é o surgimento da argumentação sobre o tombamento da paisagem. Ainda que a preservação ambiental tenha na década de 1930 suas bases no contexto brasileiro - com destaque ao Código Florestal, de 1934 e aos art. 4º, Caput, e art. 1º, parágrafo 2º do Decreto-Lei nº 25/37 - é na década de 1960 que o tema ganha contornos mais palpáveis no plano internacional da preservação do patrimônio. Em 1962, a UNESCO publica a *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*, na qual, de maneira oficial, se entrelaçam os conceitos de preservação ambiental e cultural, considerando que a salvaguarda referida em seu título “tem repercussão não apenas no valor estético das paisagens e dos sítios naturais ou criados pelo homem, mas também no interesse cultural e científico oferecido pela vida selvagem”

(IPHAN, 2004, p. 81). Segundo RIBEIRO (2007, p.101), a repercussão destas discussões internacionais impactam o trabalho do IPHAN a partir do final da década de 1960 de maneira crescente até a década de 80, quando na gestão de Aloísio Magalhães, a *Paisagem* sai do papel coadjuvante, assumindo valores próprios.

Talvez dada à importância da fundamentação dos aspectos jurídicos e ideológicos da preservação ambiental e de sua inserção na pauta das discussões sobre a preservação das cidades, um aspecto do texto de Aloysio de Paula perde protagonismo: a renovação urbana de Cabo Frio. Apesar de iniciar seu texto falando da demolição da Cadeia Pública, o trato da paisagem é o foco da questão e há que se refletir sobre isso para avançarmos.

Na década de 60, pelo que podemos ver em fotos do *Acervo Wolney*², o núcleo urbano de Cabo Frio era composto por edificações térreas, em sua grande maioria com feições ecléticas, ao gosto da época (Fig.03), porém desdenhada pelos modernistas do Patrimônio, como nos afirma Campofiorito (COSTA, 1972, *apud* CAMPOFIORITO, 1985, p. 03 - 04):

Sendo coisa que só ocorreu no Brasil, o antigo foi aqui selecionado pelo modernismo revolucionário, o que explica a ojeriza a tudo o que cheirasse a acadêmico, no sentido "belas artes recentes" do termo. [...]

Só uma forma predominante é excluída do patrimônio: a das construções do ecletismo acadêmico, "produtos marginais a essa linha evolutiva" [...]

² Wolney Teixeira (1912 - 1986). Fotógrafo, discípulo de Malta, Wolney retratou a cidade de Cabo Frio e região desde a década de 20 até sua morte, reunindo em seu acervo mais de 6 mil imagens sobre a cidade, retratando sua evolução.



Fig.03: Centro de Cabo Frio, 1958. Fonte: Arquivo Noronha Santos/ Iphan.

Cientes desta visão institucional, por mais que nos pareça imperativo atualmente o tombamento daquele conjunto, fica-nos a impressão de que tal possa ser um dos principais motivadores da postura reticente do relatório de Paulo Tedim Barreto e Augusto Silva Teles em resposta à solicitação de Rodrigo de Melo Franco pela avaliação da “conveniência do tombamento paisagístico da cidade de Cabo Frio”:

3º Q. [questão] – edificações: haverá ou não, em número e qualidades suficientes, para justificar o tombamento em conjunto?

[...] Destas pouquíssimas casas [setecentistas] subsistentes, perdem-se em meio ao casario novo e alterado e não tem valor excepcional. Quase o mesmo ocorre com o restante das edificações oitocentistas Não há, pois, edificações em número e qualidades suficientes que justifique o tombamento em conjunto (IPHAN, 1967. Vol. 01, p. 04.).

Tratamos, pois, da discussão em torno do *valor excepcional*, valor este certamente não atribuído a Cabo Frio das décadas de 50 e 60. O que pode chamar a atenção é que o relatório, datado de junho de 1965, é posterior à Carta de Veneza (1964) que, dentre outros méritos, atribui e inclui na noção de monumento histórico não apenas as grandes criações, mas ainda as chamadas *obras modestas*. Versando em torno de que o monumento é indissociável do testemunho histórico que representa, o citado documento avança em sentido prático, abrindo as portas para mudanças significativas na maneira de se justificar e atribuir valor aos bens a serem preservados. Contudo, apesar de figurarem no campo das discussões gerais, os

documentos internacionais não conseguem a mesma penetração na prática diária dos técnicos do Patrimônio, que, quando não importunados, constroem suas diretrizes de trabalho de maneira bastante pessoal (CAMPOFIORITO, 1985, p. 08; FONSECA, 2005, p. 116).

4. Os contextos ambientais urbanos, a cidade como documento e criação do conjunto de 1967

Significância, valores e atributos

Para além da Carta de Veneza, a mudança do olhar oficial do estado no campo da preservação é anunciada, por assim dizer, na Recomendação de Paris (1968), que relaciona o “bem-estar” da vida dos povos como *dependentes*, dentre outros fatores, da “preservação dos bens culturais de todos os períodos de sua história”.

Faz-se notar ainda no trato oficial do conjunto de Cabo Frio aspectos do Compromisso de Brasília (1970), que teve importante papel no incentivo e comprometimento bilateral pela criação das políticas estaduais e municipais de preservação, conforme já previa do DL n.º 25/31 (art. 23). Neste documento recomenda-se, dentre outras coisas, “a instituição de museus regionais [...] tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição” bem como “a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de marinha”, ambos plenamente aplicáveis a trechos da área tombada de Cabo Frio. Tal articulação resulta, pois, em distintos convênios e acordos com entidades, como aquele firmado com o Arcebispado de Niterói (1968), que resulta em ações de preservação das ruínas do antigo Convento Franciscano para a implantação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, aberto em 1982.

Ratificando o *Compromisso de Brasília* e ampliando-o, em 1971, é publicado o *Compromisso de Salvador*. Neste documento é clara a preocupação da preservação dos aspectos históricos e de valor cultural da cidade frente aos impactos da ampliação da atividade turística, além do fato de que neste documento marca-se formalmente, no contexto brasileiro, a busca pela normatização do manejo dos conceitos de visibilidade e ambiência dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos (IPHAN, 2004, p. 144-145).

Isto posto, podemos afirmar que a ampliação do tombamento de Cabo Frio e criação do Conjunto Paisagístico, em 1967, acontece e reflete as angústias dos períodos antecedentes à construção de uma abordagem institucional de proteção dos conjuntos tombados à luz dos

conceitos de visibilidade e ambiência. Período este cuja atuação em Cabo Frio busca dar respostas à preservação dos atributos do conjunto até *“quando houver um critério mais assentado a respeito da preservação de nossa natureza”*, conforme solicita a inicial do processo por parte de Aloysio de Paula.

Diante deste contexto de conceitos inacabados e debates em torno do futuro da atuação, especialmente no que se refere aos contextos ambientais urbanos, a constituição do conjunto decorre basicamente da negativa dos arquitetos Telles e Barreto ao tombamento do conjunto arquitetônico - indagado por Rodrigo M. Franco -, repercutindo na ocasião pela recomendação do parecer pela continuidade das ações de proteção das áreas limítrofes aos monumentos já tombados desde 1956-57, requeridas desde então e não efetivadas (IPHAN, 1967, p. 05 e 06). O parecer sugere, pois:

- a extensão do tombamento do Forte ao penedo no qual se assenta a toda a ponta do forte, englobada em raio de 500m a partir do centro do forte³;
- a extensão do tombamento do Conjunto Franciscano a todo o adro fronteiroço (Largo de Santo Antônio), Morro da Guia e faixa de proteção de 100m em torno do Morro.

Na proposta final, a sugestão do parecer - acatada pelo Conselheiro Paulo F. Santos - acaba por dividir seu protagonismo na delimitação da coisa tombada com outras questões relacionadas aos aspectos naturais e a noção de entorno, suscitados por correspondência de Coimbra Bueno endereçada a Rodrigo M. F. de Andrade e por este apensada ao processo, à véspera de seu encaminhamento ao conselheiro Paulo Santos, cabendo destaque aos seguintes trechos (IPHAN, 1967. Vol. 01, p. 13):

“[...] Malograda estas revisões [quinqüenais sugeridas ao Plano Diretor de 1942], o plano vem sendo mantido nas suas linhas mestras, que foram ditadas pelo reconhecimento do mar como elemento principal [...].

[...] a natureza somou prodigiosamente incomparável conjunto paisagístico formado pelo elemento azul do mar em contraste com o elemento branco das areias, inicialmente planas, e se desdobrando nos lindos acidentes das dunas ainda brancas, pontilhadas depois pelo verde da vegetação [...].

³ Não se pode ignorar que nesta área, desde a década de 60, já se sabia da existência de diversos sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, com destaque ao Sambaqui Morro do Índio e Duna Boa Vista.

A natureza foi generosa, mas os homens têm mutilado esta jóia [...]. Para preservá-la venho encarecer a vossa excelência as medidas de proteção que se tornam indispensáveis [...]”

Tal pronunciamento suscita pedido de vistas pelo conselheiro Miran Latiff, que, após diligência, se pronuncia em favor do pleito, passando ainda a figurar no conjunto final do tombamento (Fig. 04):

- Faixa Litoral situada entre a Av. Parque Litorâneo e o mar, com largura mínima de 150m, desde o início da mesma avenida até encontrar a estrada de Arraial do Cabo;
- Morro do Telégrafo como área *non aedificandi*, “que do outro lado do canal serve de fundo de cena à cidade e clama, no seu descalvado, por reflorestamento [...]” (IPHAN, 1967. Vol. 01, p. 24) e os futuros acrescidos de Marinha sobre o canal de acesso à Lagoa (referente ao plano de retificação do canal).

Focados nas questões do *patrimônio natural*, o debate não contempla, por fim, o extenso conjunto arquitetônico eclético de Cabo Frio, ainda existente na década de 1960. Sua preservação sucumbe quase que inteiramente, conservando apenas o Núcleo da Passagem como registro mais denso da ocupação arquitetônica que o formou. Nos é interessante pontuar que ainda em 1965, o então Diretor da Divisão de Estudos de Tombamento, o arquiteto Lucio Costa, alinhando-se prontamente às discussões da preservação da vizinhança dos bens tombados, abre, contudo, esta possibilidade. Mesmo diante da negativa técnica apontada pela leitura do parecer de Telles e Barreto, Lucio Costa sugere em seu despacho que “para garantir o caráter peculiar circunvizinho às áreas delimitadas pela extensão do tombamento, e preservar-lhe o valor turístico, sugiro estabelecer – de comum acordo com a municipalidade – como norma urbana geral à concessão de licença para obras unicamente a construções térreas ou de sobrado, com eventuais sótãos, seteiras e latadas, tudo caiado de branco à moda de Algarve” (IPHAN, 1967. p 11). Tal sugestão é referendada e destacada pelo parecer de Paulo Santos, porém, considerada “platônica demais para ser tomada na devida consideração das autoridades municipais” pelo despacho (rascunhado) de Miran Latiff, não constando em ata a recomendação, tampouco na inscrição do tombamento do conjunto.

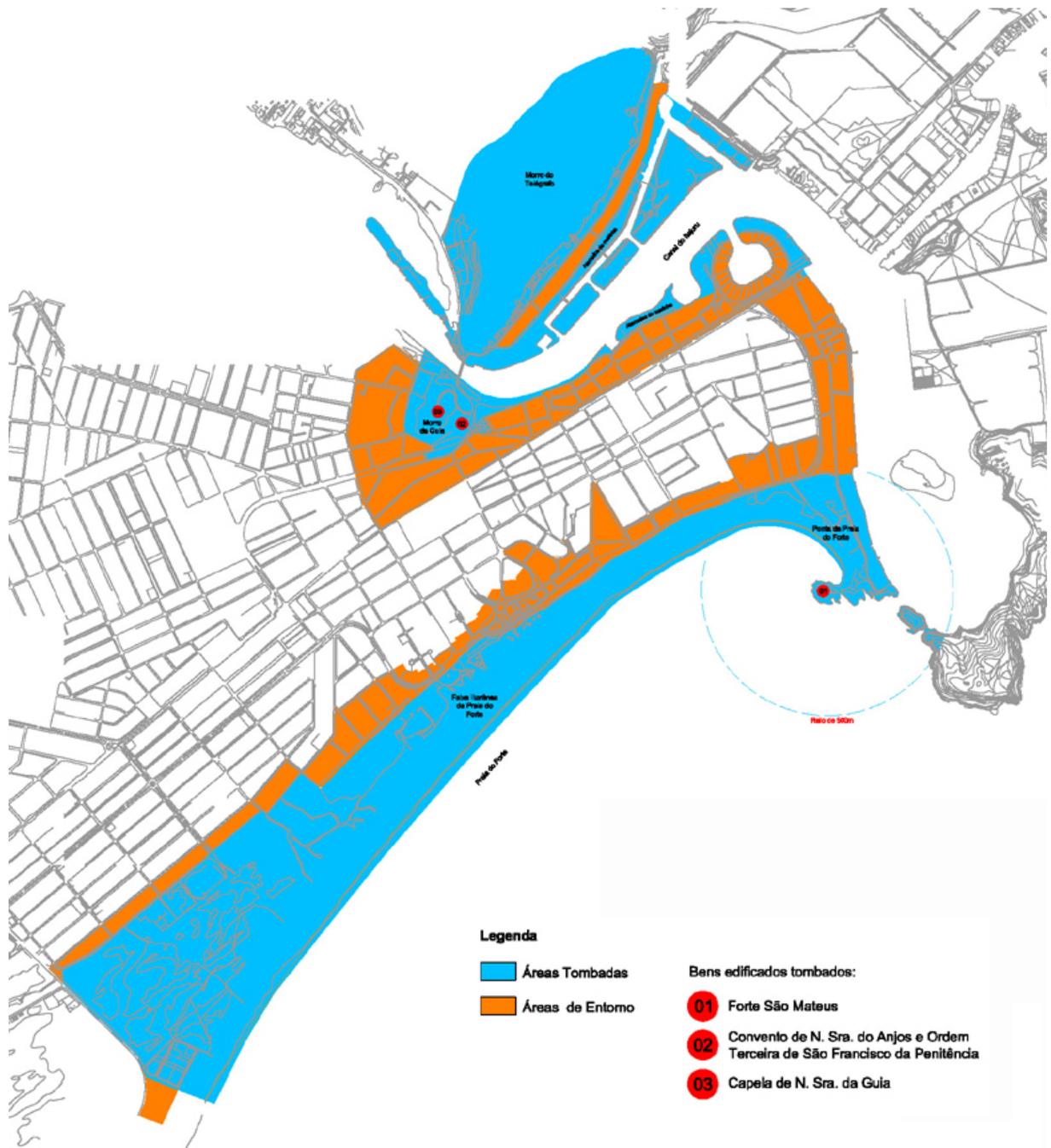


Fig.04: Portaria Iphan nº 352/2012, Anexo I: Mapa das Áreas Tombadas do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio - RJ e sua poligonal de entorno.

Observa-se, pois, que ignorando os aspectos urbanísticos do desenvolvimento do conjunto edificado da cidade nos séculos seguintes, a constituição do conjunto concentra seu olhar em valores históricos e paisagísticos restritos à preservação de atributos da dominação colonial fundacional: o Forte, em constante vigília junto ao acesso principal do Canal do Itajuru, complementado por edificações religiosas posicionadas com imponência junto os pontos altos do território, estandarte do domínio da empresa colonial sobre aquele território.

Felizmente, ao traçado urbano, percurso menos trágico ocorreu, em parte em decorrência do Plano Diretor de Coimbra Bueno, cujas propostas demonstram a relação do projetista com os discursos preservacionistas nascentes e a busca pela adequação do crescimento da cidade e a manutenção de seus atributos naturais preponderantes, salvaguardando sua história cumulativa. Mesmo após o crescimento excessivo após a década de 1950, o traçado urbano histórico encontra-se incrustado na malha urbana da cidade moderna, reforçados pela permanência de importantes edifícios da arquitetura civil e religiosa da cidade marcando sua ocupação desde os primórdios de sua fundação, ainda no século XVII.

Tentativas, vitórias, frustrações e possibilidades de uma leitura atualizada do conjunto tombado

Após as ricas discussões da década de 1960, as duas décadas seguintes marcam uma crescente preocupação pela preservação dos conjuntos numa perspectiva de valorização dos vestígios da relação homem e paisagem (FONSECA, 2005: 198). Respondendo, pois, por esta mudança de eixo da atribuição de valores e identificação de atributos a serem preservados nos conjuntos urbanos, é publicada a Carta do Restauro (1972), que dentre outras coisas pretende estipular regras a serem seguidas nas intervenções sobre bens de valor cultural, incluindo neste grupo os conjuntos urbanos. Em seu ANEXO D (*Instruções para tutela dos centros urbanos*), o documento explicita com clareza que, até aquele momento, não havia sido manifestada oficialmente algumas das mais significativas premissas que viriam a influenciar o trabalho de décadas do IPHAN, especialmente a partir da década de 1980, que aqui destacamos:

*“Para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, **unitárias ou fragmentárias**, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, se hajam constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um **valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares.***

[...]

*A coordenação se posicionará também em relação à exigência de salvaguarda do **contexto ambiental mais geral do território, principalmente quando ele houver***

assumido valores de especial significado, estreitamente unidos às estruturas históricas tal como tem chegado até nós (como, por exemplo, a cercadura de colinas em torno de Florença [...]).” (IPHAN, 2004; 167, grifo nosso)

O tema ainda transitaria por toda a década de 1970 em diversos encontros técnicos da UNESCO, influenciando os países-membro da organização, até que, em 1986, se publica a Carta de Washington, tendo com tema central a *Salvaguarda das cidades históricas*, que relaciona estes conceitos à necessidade de se incluir a preservação das áreas históricas inseridas no planejamento físico-territorial e nos planos urbanos em todos os seus níveis, buscando preservar o *caráter histórico das cidades e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem*.

No Brasil, a repercussão destas diretrizes encontra campo fértil, resultando na Carta de Petrópolis (resultante do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987), na qual se formaliza o conceito de *Sítio Histórico Urbano*, como sendo *o espaço no qual se concentram testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações* (IPHAN, 2004; p. 285). Segundo o documento, as cidades, enquanto *expressão cultural socialmente fabricada*, admitem um processo de formação dinâmico, humanizado e cumulativo, e cuja substituição dos seus espaços edificados apenas se justifica pelo *esgotamento de seu potencial sócio-cultural*, a fim de garantir a *predominância do valor social da propriedade urbana sobre sua condição de mercadoria*. Não por acaso o conceito de *Sítio Histórico Urbano* é tratado neste momento, fortemente influenciado pela gestão do pernambucano Aloísio Magalhães, quando *a escala humana das relações das populações e os bens tombados*, ganha grande foco na atuação do IPHAN.

Na atuação em Cabo Frio, o enriquecimento do discurso e a aplicação destes conceitos se fazem sentir a partir de 1986, quando se iniciam os trâmites que resultam na proposta do *Estudo de Rerratificação do Tombamento do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio* (IPHAN, 1989), coordenado pelo arquiteto José Leal, da 6ª CR (atual IPHAN-RJ). A proposta busca claramente uma aferir uma compreensão do conjunto paisagístico pautada na relação dos elementos naturais e o desenvolvimento histórico e urbano da cidade, delimitando sua área de entorno e definindo uma normativa de proteção mais clara.

Naturalmente a proposta encontra boa acolhida no corpo técnico do IPHAN, uma vez que utiliza-se de “métodos atualizados para compreensão do objeto de estudo, [...] soluções e propostas que respeitem a prática passada, adequando sua intenção aos instrumentais de proteção mais modernos” (CHUVA, 1989 in IPHAN, 1967. Vol. 02, p. 43-48). Contudo, as

revisões apontadas como necessárias esbarram num período conturbado de gestão, quando se implementa grande reforma ministerial (1990), na qual a SPHAN e a Fundação Nacional Pró-memória são extintas, sendo criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, que assume as atribuições da preservação dos bens culturais no País. Durante este período o Conselho Consultivo torna-se inoperante, até março de 1992, o que dificulta o prosseguimento da análise. Quando é retomada, a proposta já não goza da prioridades daquele momento perante a nova gestão da representação do Iphan no Rio de Janeiro. Contudo, o esforço na construção da proposta reflete-se na atuação diária do IPHAN, uma vez que a análise de projetos deixa de se pautar na jurisprudência de casos anteriores para ser definida por normas de preservação oriundas das reflexões estudo de 1989, dando origem aos *Critérios de Proteção do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio* (que vigoram de 1989 a 2012), recentemente alterado e modernizado em seus instrumentos pela Portaria Iphan nº 352, de 31 de julho de 2012.

5. Conclusões

Torna-se claro, pois, que o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, oriundo dos estudos de 1967 exprime uma abordagem que reflete pensamentos e conceitos do final da década de 1950, pontualmente influenciada pelos debates da década de 1960, ainda carente das definições que viriam a se consolidar com a Recomendação de Paris e na Carta do Restauero, quando da ideia da cidade documento em detrimento à cidade monumento.

Sob a ótica das manifestações recolhidas no processo de tombamento, analisadas sob a luz dos debates teóricos que norteavam a atuação no período, entendemos que os valores fundamentais que motivaram a composição do tombamento de 1967 relacionam-se à preservação exclusiva dos atributos paisagísticos (essencialmente naturais) que contextualizam os registros edificados da ocupação primordial do território, ignorando especialmente os valores relativos ao desenvolvimento do conjunto urbano e os atributos que sustentam estes valores.

Com isso, o conjunto tombado possui lacunas em sua composição – em grande parte explicadas pelas transformações de paradigmas técnico e contextos institucionais diversos – repercutindo na desconsideração de alguns valores e atributos importantes, ainda existentes em áreas passíveis de tombamento. Da mesma maneira, entendidas as lacunas dos tombamentos iniciais, a falta de uma legislação específica para as áreas de entorno até 1989 foi decisiva para o avanço da descaracterização do conjunto arquitetônico. Contudo, a definição

de áreas de entorno, e de uma normativa para preservação do conjunto, possibilita o controle urbano fundamental à permanência de outros valores ainda hoje notados.

Passados mais de 20 anos desde o *Estudo de Rerratificação*, entendemos que a revisão do tombamento se faz urgente para que se possa revitalizar a composição de seu acervo, de forma a permitir que o mesmo responda pela multiplicidade de valores que de fato possui o sítio, especialmente relacionados aos testemunhos da ocupação do território pela ampliação da urbe. Pensamos ainda que frente à atual conformação do espaço urbano, apoiar-nos na identificação de *elos de significância* entre as peças que formariam este novo conjunto seja um caminho bastante factível, uma vez que a composição linear de conjunto encontra-se fragmentada (visual e arquitetonicamente), enquanto os atributos comuns à formação primordial da cidade e o traçado urbano de seus dois núcleos fundamentais (em estados distintos de conservação) seguem entranhados na urbe contemporânea.

Isto posto, primeiramente, nos parece evidente que para a garantia da preservação dos aspectos de *Sítio Histórico Urbano* que se deseja, a composição de um novo conjunto deve contemplar, além dos bens já tombados (Forte, Conjunto Franciscano, Capela e Morro da Guia, Morro do Telégrafo e Aterrados de Marinha), a proteção do traçado urbano fundamental, bem como as arquiteturas que marcam a ligação e o desenvolvimento histórico e urbanístico da cidade, destacando-se suas duas extremidades. Além disso, para além dos núcleos setecentistas, levando-se em conta a cidade enquanto documento de um transcurso histórico complexo, entendemos que o acervo existente permite-nos um recorte temporal mais extenso e mais rico e significados, abrangendo de maneira complexa a interação homem e ambiente no local, iniciando-se pelo Sambaqui do Morro do Índio (datado de mais de quatro mil anos), junto ao Forte de São Mateus (1917-1920), passando pelos dois núcleos urbanos, até chegarmos à maturidade do conjunto, sendo-nos relevante a inclusão da Ponte Feliciano Sodré, 1926, e edifício *art decó* da Estação Ferroviária de Cabo Frio, 1937, ambos representantes do advento da modernidade e da inovação tecnológica da vida urbana naquele período (com o advento do concreto armado e a chegada das ferrovias), aspectos estes que influenciariam indefinidamente o futuro da cidade.

Conforme nos propusemos no início deste trabalho, acreditamos que a argumentação exposta indica diretrizes bastante possíveis e factíveis, explorando as potencialidades e limites do trabalho de preservação iniciado em Cabo Frio. Entendemos ainda que a abordagem aqui proposta, muito além de uma recomposição pura e simples de lacunas identificadas, possa servir de base para a inclusão, na significância do conjunto, de aspectos relacionados à preservação dos atributos representativos das formas de ajuste da cidade e seu ambiente, bem

como dos valores sócio-culturais das populações que ressemantizaram aquele lugar, representadas, intencionalmente, pela diversidade de seu acervo ainda preservado.

6. Referências Bibliográficas

- ALVES, Marta Raquel da Silva. Descortinando a Paisagem: Monumentos e Moldura Cênica no Conjunto Paisagístico de Cabo Frio. IPHAN; PEP: 2009.
- COSTA, Lucio. "*Problema mal posto*". *Comentário a relatório do Conselho Consultivo do IPHAN*, Rio de Janeiro, 1972. in CAMPOFIORITO, Ítalo. *MUDA O MUNDO DO PATRIMÔNIO Notas para um balanço crítico*, 1985. Disponível em <http://www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/mac/artigo.htm>.
- CUNHA, Marcio Werneck da. LEITE, Penha da Silva. A Cidade de Cabo Frio entre 1615 e 1696 in Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio. Cabo Frio: IPHAN, 1989.
- FINAGEIV, Belmira. (Org.) In: Carta à Cidade de Cabo Frio. Rio de Janeiro: IBPC, 1994.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição, revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005.
- INEPAC. Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis - Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: INEPAC, 2004.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. Decreto-lei nº 25/1937.
- _____. Estudos de Tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Série cadernos de Documentos, n. 2).
- _____. Cartas Patrimoniais. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- _____. Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio - RJ, Rio de Janeiro, 1989.
- _____. Processo nº446-T-51: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Morro da Guia e Ponta do Forte. Rio de Janeiro, 1951.
- _____. Processo nº757-T-65: Tombamento do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio, Rio de Janeiro, 1967.
- _____. Informação Técnica ETRL/ IPHAN-RJ n. 06/2012, São Pedro da Aldeia, 2012.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Restinga. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- LIRA, Flaviana; RIBEIRO, Cecília . Aula 03: Conceitos Básicos de Conservação. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 2009.
- MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo?: A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987.
- RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. Itatiaia: USP, 1974.